

POLÍTICA DE PRIVACIDADE

A Net Pará respeita sua privacidade. Desta forma, criamos esta Política para preservar as informações coletadas e proporcionar a melhor qualidade de internet por fibra óptica no município de Ananindeua/PA, para gerar a você uma experiência única, em ter uma internet rápida, segura e confiável que não vai lhe deixar na “mão” quando desejar navegar na internet.

A Net Pará, por ser uma empresa voltada telecomunicações, entende que no momento atual do país a segurança e a privacidade vão além, sendo de grande importância para empresa, a segurança dos dados pessoais de todos seus clientes, cumprindo com a legislação, e principalmente, garantindo transparência, segurança e respeito à sua privacidade.

Portanto, a Net Pará tem sua política de Privacidade nos seguintes moldes:

- a) Segurança na coleta das informações pessoais de todos seus clientes que se utilizam dos serviços tecnológicos da empresa, preservando a privacidade e segurança na hora de realizar o tratamento desses dados pessoais;
- b) Demonstrar para os clientes, de forma clara e transparente, a razão do tratamento desses dados, se utilizando da coleta, armazenamento, processamento, transferência, consultas e eliminação desses dados;
- c) Demonstrar como a Net Pará realiza a proteção dos dados pessoais de seus clientes.

1- A POLÍTICA DE PRIVACIDADE

A Net Pará se utiliza da Política de Privacidade em todos os seus serviços de telecomunicação, preservando a segurança dos dados pessoais através dos sistemas Sistema de Firewalls, Listas de Controle Acesso (ACLs), sistemas de Detecção de Intrusão (IDS) e algoritmos de criptografia (SSL, que proporciona segurança criptografadas de ponta a ponta.

O cliente quando utilizar o site para saber de produtos ou serviços, disponibilizados pela Net Pará, você concorda e aceita de forma integral às disposições da Política de Privacidade.

2- DEFINIÇÕES SOBRE A LGPD

A Lei nº 13.709/2018 - **Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD**, foi criada para gerar segurança às pessoas físicas ou jurídicas, de direito privado ou público sobre seus dados pessoais, visando o respeito à privacidade, à inviolabilidade da intimidade, da honra e da imagem.

Dado pessoal: informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável;

Dado pessoal sensível: dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural;

Dado anonimizado: dado relativo a titular que não possa ser identificado, considerando a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis na ocasião de seu tratamento;

Banco de dados: conjunto estruturado de dados pessoais, estabelecido em um ou em vários locais, em suporte eletrônico ou físico;

Titular: pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento;

Controlador: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais;

Operador: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador;

Encarregado: pessoa indicada pelo controlador e operador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);

Agentes de tratamento: o controlador e o operador;

Tratamento: toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração;

Anonimização: utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis no momento do tratamento, por meio dos quais um dado perde a possibilidade de associação, direta ou indireta, a um indivíduo;

Consentimento: manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o titular concorda com o tratamento de seus dados pessoais para uma finalidade determinada;

Bloqueio: suspensão temporária de qualquer operação de tratamento, mediante guarda do dado pessoal ou do banco de dados;

Eliminação: exclusão de dado ou de conjunto de dados armazenados em banco de dados, independentemente do procedimento empregado;

Uso compartilhado de dados: comunicação, difusão, transferência internacional, interconexão de dados pessoais ou tratamento compartilhado de bancos de dados pessoais por órgãos e entidades públicos no cumprimento de suas competências legais, ou entre esses e entes privados, reciprocamente, com autorização específica, para uma ou mais modalidades de tratamento permitidas por esses entes públicos, ou entre entes privados;

Cookies: é um arquivo pequeno que contém uma sequência de caracteres, criado e enviado pelos websites ao seu computador sempre que você os visita. Eles ajudam a lembrar suas preferências e personalizar seu acesso tornando sua navegação mais segura, rápida e agradável. Você consegue configurar seu navegador para não aceitar cookies ou avisar quando um cookie estiver sendo enviado, mas sem eles alguns recursos ou serviços do site podem ficar comprometidos e limitados.

Cookies de Desempenho/analíticos: Esses cookies nos permitem contar visitas e fontes de tráfego, para que possamos medir e melhorar o desempenho do nosso site. Eles nos ajudam a saber quais páginas são as mais e menos populares e a ver como os visitantes se movem no site. Todas as informações que esses cookies coletam são agregadas e, portanto, anônimas. Podem também armazenar informações sobre como você usa nosso site e também apontam eventuais erros, dificuldades e preferências de navegação.

Cookies de Terceiros/Segmentação: são relacionados a serviços de terceiros localizados em outros sites. Eles podem ser usados por essas empresas para construir um perfil de seus interesses e mostrar anúncios relevantes em

outros sites. Eles não armazenam informações pessoais diretamente, mas se baseiam na identificação exclusiva de seu navegador e dispositivo de Internet.

Endereço IP: é o número atribuído a cada Dispositivo conectado à internet, conhecido como endereço de protocolo de Internet (Internet Protocol ou IP). Geralmente, esses números são atribuídos em blocos geográficos. Um endereço IP pode ser usado para identificar, por exemplo, de qual local um Dispositivo está se conectando à Internet.

Autoridade nacional: órgão da administração pública responsável por zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento desta Lei em todo o território nacional.

3- TRATAMENTO DAS INFORMAÇÕES PELA NET PARÁ

As informações coletadas pela empresa, servem para aprimorar e desenvolver os serviços de telecomunicação, para que o cliente tenha excelência em utilizar a internet de fibra óptica da Net Pará.

O cliente ao contratar a internet de fibra óptica da empresa Net Pará, a mesma solicitará, do titular de dados, as seguintes informações:

Nome completo, e-mail, número de telefone, CPF, endereço, profissão, estado civil, imagem dos seus documentos de identidade oficiais.

O Cliente será, de forma exclusiva, responsável pela veracidade das informações pessoais fornecidas à empresa Net Pará, para realização do cadastro e contratação de serviços.

A Net Pará não possui qualquer responsabilidade pela veracidade dos dados fornecidos, bem como por eventuais danos decorrentes da inexatidão e/ou desatualização das referidas informações.

No site da Net Pará, poderão ser coletadas informações através de data e horário que o cliente acessou o site, históricos de navegação, e outras atividades, como também meio de Cookies. Todas essas informações vão melhorar o desempenho do site e gerar conteúdos de grande importância ao cliente.

A Net Pará utilizará os dados fornecidos ou coletados dos clientes, para melhorar o desempenho do site, ofertar produtos e serviços, através de envio de publicidade e propaganda por e-mail ou por qualquer outro meio de

comunicação, **respeitando sempre a Política de Privacidade** base nas regras da LGPD.

4- QUAL A IMPORTÂNCIA DA COLETA E TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS PARA NET PARÁ?

A importância da coleta e tratamento dos Dados Pessoais é a proteção e segurança das informações de seus clientes, para que pessoas não autorizadas venham se apoderar desses dados, para tirar algum proveito.

Além disso, os dados pessoais são para:

- Cumprir com obrigações contratuais;
- Cumprir com requisitos legais;
- Fornecer serviço de telecomunicação de qualidade aos clientes;
- Notificação de eventuais mudanças no serviço da empresa;
- Realizar procedimentos internos, pesquisas, estatísticas, soluções de problemas;
- Suporte aos clientes com melhoramento dos serviços e produtos da empresa;
- Fornecer informações sobre produtos e serviços aos clientes;
- Produzir provas e auxiliar na condução de processos jurídicos, administrativos ou arbitrais, bem como auxiliar no cumprimento de outros requisitos legais;
- Manter o Cliente informado sobre os produtos e serviços que oferecemos;
- Otimizar sua interação conosco;
- Tomar decisões automatizadas com relação ao uso dos nossos serviços ou produtos.

A Net Pará garante que todos os dados pessoais coletados são confidenciais e não serão fornecidos a ninguém, salvo o que manda a Lei (LGPD) em seu artigo 4º, e terão sua proteção conforme padrões de segurança vigentes no país.

5- O TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

A Net Pará não solicita, coleta, processa, armazena ou compartilha, conscientemente, dados pessoais de crianças e adolescentes menores de idade, entretanto, caso haja necessidade, a Net Pará realizará o tratamento de Dados Pessoais de crianças e/ou adolescentes, com finalidade específica ou não, para tanto, será solicitado o consentimento de pelo menos um dos pais ou responsável legal do titular de dados, sempre visando o que a Lei orienta.

Com o consentimento válido por uma pessoa responsável legal das crianças e/ou adolescentes, a coleta e o tratamento de Dados Pessoais serão feitas com base nas regras da LGPD.

6- O TEMPO DE DURAÇÃO DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

Os dados pessoais de seus clientes serão tratados:

- Com base na vigência contratual ou quando for alcançada a finalidade daquela informação;
- Os Dados Pessoais deixarem de ser necessários;
- quando houver revogação do consentimento ou
- Mediante determinação de autoridade competente.

7- DIREITOS GARANTIDOS AOS TITULARES DE DADOS:

A LGPD confere inúmeros direitos aos titulares de dados Pessoais. Senão vejamos abaixo esses direitos:

Boa-fé: Um comportamento correto, ético para realização de tratamento de dados pessoais, com base no artigo 6, *caput*, da LGPD.

Finalidade: realização do tratamento para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, sem possibilidade de tratamento posterior de forma incompatível com essas finalidades;

Adequação: compatibilidade do tratamento com as finalidades informadas ao titular, de acordo com o contexto do tratamento;

Necessidade: limitação do tratamento ao mínimo necessário para a realização de suas finalidades, com abrangência dos dados pertinentes, proporcionais e não excessivos em relação às finalidades do tratamento de dados;

Livre acesso: garantia, aos titulares, de consulta facilitada e gratuita sobre a forma e a duração do tratamento, bem como sobre a integralidade de seus dados pessoais;

Qualidade dos dados: garantia, aos titulares, de exatidão, clareza, relevância e atualização dos dados, de acordo com a necessidade e para o cumprimento da finalidade de seu tratamento;

Transparência: garantia, aos titulares, de informações claras, precisas e facilmente acessíveis sobre a realização do tratamento e os respectivos agentes de tratamento, observados os segredos comercial e industrial;

Segurança: utilização de medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão;

Prevenção: adoção de medidas para prevenir a ocorrência de danos em virtude do tratamento de dados pessoais;

Não discriminação: impossibilidade de realização do tratamento para fins discriminatórios ilícitos ou abusivos;

Responsabilização e prestação de contas: demonstração, pelo agente, da adoção de medidas eficazes e capazes de comprovar a observância e o cumprimento das normas de proteção de dados pessoais e, inclusive, da eficácia dessas medidas.

Consentimento: o Consentimento previsto no inciso I do art. 7º desta Lei deverá ser fornecido por escrito ou por outro meio que demonstre a manifestação de vontade do titular (artigo 8, *caput*, da LGPD).

Ônus da Prova: Cabe ao controlador o ônus da prova de que o consentimento foi obtido em conformidade com o disposto nesta Lei (artigo 8, § 2º, da LGPD).

Vício de consentimento: é vedado o tratamento de dados pessoais mediante vício de consentimento (artigo 8º § 3º da LGPD).

Autorizações genéricas: o consentimento deverá referir-se a finalidades determinadas, e as autorizações genéricas para o tratamento de dados pessoais serão nulas (artigo 8º § 4º da LGPD).

Revogação do consentimento: O consentimento pode ser revogado a qualquer momento mediante manifestação expressa do titular, por procedimento gratuito e facilitado, ratificados os tratamentos realizados sob amparo do consentimento anteriormente manifestado enquanto não houver

requerimento de eliminação, nos termos do inciso VI do caput do art. 18 desta Lei (artigo 8º § 5º da LGPD).

Acesso facilitado: O titular tem direito ao acesso facilitado às informações sobre o tratamento de seus dados, que deverão ser disponibilizadas de forma clara, adequada e ostensiva acerca de, entre outras características previstas em regulamentação para o atendimento do princípio do livre acesso (artigo 9, *caput*, da LGPD);

Do término do tratamento: O término do tratamento de dados pessoais ocorrerá nas seguintes hipóteses: I - verificação de que a finalidade foi alcançada ou de que os dados deixaram de ser necessários ou pertinentes ao alcance da finalidade específica almejada; II - fim do período de tratamento; III - comunicação do titular, inclusive no exercício de seu direito de revogação do consentimento conforme disposto no § 5º do art. 8º desta Lei, resguardado o interesse público; ou IV - determinação da autoridade nacional, quando houver violação ao disposto nesta Lei (artigo 15, *caput* e incisos I ao IV, da LGPD);

Eliminação ou apagamento dos dados: os dados pessoais serão eliminados após o término de seu tratamento, no âmbito e nos limites técnicos das atividades, autorizada a conservação somente nas exceções legais (artigo 16, *caput*, da LGPD);

Titularidade dos dados pessoais: a toda pessoa natural é assegurada a titularidade de seus dados pessoais e garantidos os direitos fundamentais de liberdade, de intimidade e de privacidade (artigo 17 da LGPD);

Confirmação da existência de tratamento: direito do titular a obter do controlador, em relação aos dados do titular por ele tratados, a qualquer momento e mediante requisição (artigo 18, I, da LGPD);

Acesso aos dados: o titular de dados tem resguardado o seu interesse de receber uma cópia dos dados pessoais detidos pela empresa, se assim o requisitar (artigo 18, II, da LGPD);

Correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados: o titular de dados pode requerer a retificação dos dados, caso estejam incorretos, insuficientes ou careçam de atualização (artigo 18, III, LGPD);

Anonimização, bloqueio ou eliminação: o titular de dados tem o direito de solicitar que seus dados sejam anonimizados, bloqueados ou que haja a eliminação de dados

desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com o disposto na Lei (artigo 18, IV, da LGPD);

Portabilidade: disponibilização dos dados do titular a outro fornecedor de serviço ou produto, mediante requisição expressa e observados os segredos comercial e industrial, de acordo com a regulamentação do órgão controlador (artigo 18, V, da LGPD);

Eliminação dos dados pessoais: o titular de dados pode requerer que seus dados sejam excluídos, de forma que a empresa deverá eliminar todos os dados coletados com relação a esse titular (artigo 18, VI, da LGPD);

Informação sobre compartilhamento: o titular de dados pode solicitar informações das entidades públicas e privadas com as quais o controlador realizou uso compartilhado de dados (artigo 18, VII, da LGPD);

Informação sobre o não consentimento: o titular de dados pode solicitar informações sobre a possibilidade de não fornecimento do consentimento, além de entender sobre as consequências da negativa (artigo 18, VIII, LGPD);

Revogação do consentimento: o titular dos dados pode a qualquer momento requerer a revogação do consentimento de forma gratuita com base artigo 18, IX, da LGPD;

Petição em relação aos seus dados: o titular de dados pode fazer qualquer requerimento com relação aos seus dados contra o controlador perante a autoridade nacional (artigo 18, §1º, da LGPD);

Oposição: o titular de dados pode se opor ao tratamento de dados e/ou às finalidades do tratamento, incluindo tratamento realizado com fundamento em uma das hipóteses de dispensa do consentimento (artigo 18, §2º da LGPD);

Revisão: o titular de dados pode pedir revisão das decisões tomadas unicamente com base em tratamento automatizado de dados pessoais que afetem seus interesses, incluídas as decisões destinadas a definir o seu perfil pessoal, profissional, de consumo e de crédito ou os aspectos de sua personalidade (artigo 20, caput, da LGPD).

8- COMPARTILHAMENTO DOS DADOS PESSOAIS

A Net Pará cumpre com um sistema rigoroso de segurança para gerar tranquilidade, privacidade e sigilos dos dados pessoais de todos seus clientes, com base na LGPD.

O compartilhamento de dados pessoais pode ocorrer:

- Para proteção dos interesses da Net Pará em demandas e conflitos, inclusive em processos judiciais, administrativos e arbitrais;
- Realizar cobranças de clientes e titulares de dados insolventes e/ou recuperar dívidas;
- Gerar segurança para Net Pará e seus clientes, afastando assim, qualquer tentativa de fraudes e demais crimes que possam prejudicar ambas as partes;
- Por ordem judicial ou por requerimento de autoridades administrativas competentes que detenham a competência legal para sua requisição, com base no artigo 4º da Lei nº13.709/2018 (LGPD).

E não há, por parte da Net Pará, qualquer compartilhamento de dados pessoais com outros países.

A Net Pará utiliza-se de padrões rigorosos de segurança para preservar o sigilo e confidencialidade dos dados pessoais de seus clientes, obedecendo o que ordena a Lei (LGPD).

9- ATEDIMENTO AO CLIENTE

Horário de atendimento é: de segunda à sexta-feira das 08h00min às 22h00min. E no sábado, domingos e feriados das 08h00min às 18h00min.

Contatos: (91) 3255-3922 e (91)99812-1507

Enviar e-mail para suporte@netpara.com.br

10- DISPOSIÇÕES GERAIS

Esta Política de Privacidade pode ser alterada a qualquer momento por conveniência da Net Pará, em razão de alterações legislativas ou nos produtos/serviços que prestamos, em decorrência da atualização de ferramentas tecnológicas.

Quando ocorrerem essas alterações de grande importância, os titulares de dados pessoais serão informados por meio do site, e-mail ou por qualquer outro meio de comunicação que a Net Pará tenha disponível.

Todos os clientes da Net Pará terão suas informações processadas em conformidade com a Política de Privacidade LGPD.

Esta Política de Privacidade é regida, exclusivamente, pelas Leis Brasileiras.

Caso haja titulares de dados pessoais que não aceitem a Política de Privacidade vigente, recomendamos a não utilização dos nossos produtos/serviços.

A recusa ou a não aceitação em fornecer as informações solicitadas, podem impedir a não prestação de tais produtos ou serviços.

11- FORO PARA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

Todas as controvérsias que derivem desta Política de Privacidade serão resolvidas, definitivamente, no Foro da Comarca de Ananindeua-Pará.